

educação e democracia

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 14 • 2014

**REORGANIZAÇÃO DA REDE DO
ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO
COM CONTRATO DE ASSOCIAÇÃO.
INTERPELAÇÕES PARA O PLANEAMENTO
ESTRATÉGICO DA EDUCAÇÃO,
A PROPÓSITO DO CASO DO MUNICÍPIO DE
COIMBRA**

A. M. Rochette Cordeiro

Lúcia Santos

Luís Alcoforado

A. M. Rochette Cordeiro, Doutor em Geografia, Professor da FLUC e do Mestrado Integrado em Arquitetura da FCTUC. Coordenou os projetos com os Governos nacionais e regionais. Coordenou dezenas de projetos municipais de planeamento e ordenamento de redes de equipamentos coletivos. Coordenador do “Plano Estratégico” e o “Atlas Ambiental” da Figueira da Foz e do projeto “Territorialização da Educação.

Lúcia Santos, Licenciada em Geografia, nas áreas de especialização “Ordenamento do Território e Desenvolvimento” e “Estudos Ambientais”; Mestre em Geociências, na área de especialização em “Ambiente e Ordenamento”; Bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/91094/2012) na FPCEUC em Ciências da Educação (Administração e Gestão Educativa e Escolar).

Luís Alcoforado, Doutor em Ciências da Educação e Professor da FPCEUC. Coordenou e participou em projetos de investigação e intervenção, financiados pela FCT, Comissão Europeia e Programas GRUNDTVIG, POAT e POPH. Foi Professor convidado e é membro associado de grupos de investigação em Universidades espanholas e brasileiras; foi dirigente do serviço público português de emprego e formação profissional; teve diversos cargos em órgãos sociais de diferentes instituições e esteve ligado à criação e desenvolvimento de vários projetos culturais.

1. Introdução

Constituindo-se como uma realidade com longo passado e já alguma história, no quadro da educação portuguesa, os “colégios” de iniciativa privada, religiosa e cooperativa foram surgindo como oferta educativa que se substituiu a uma quase inexistente rede pública de ensino médio, destinada, predominantemente, aos filhos das classes com maior poder económico. Já em pleno período do Estado Novo, com a assunção, por parte do estado, do monopólio da educação, usando-a como forma de uniformização ideológica, os estabelecimentos de ensino não estatais foram entendidos como uma espécie de concessionários autorizados (ESTÊVÃO, 1991) de um serviço público que as estruturas centrais da administração geriam indiretamente, mas controlavam sem preocupação de fazerem uma clara distinção entre o estatal e o privado.

Com o advento da democracia, em 1974, o EPC começou por ser entendido como uma oferta supletiva necessária para, posteriormente, ser reconhecido (decreto-lei nº 553/80 de 21 de novembro) como uma expressão possível da liberdade de aprender e ensinar e do direito da família a escolher e orientar a educação que desejava para os seus filhos. Os estabelecimentos de EPC¹ que se enquadravam nos princípios gerais, finalidades, estruturas e objetivos do sistema educativo passaram a ser considerados como parte integrante da rede escolar nacional, pelo que, em qualquer plano de dimensionamento, reorganização, alargamento, reconversão ou ajustamento das infraestruturas educativas, o estado sentia-se na obrigação de integrar os estabelecimentos de EPC, numa perspetiva enunciada de racionalizar os meios disponíveis, de aproveitar os recursos existentes e de defender e garantir maior qualidade no ensino ministrado.

No contexto da longa evolução do sistema educativo em Portugal e da garantia de igualdade de acesso, consagrada no período pós revolução de Abril de 1974, observou-se, por um lado, e de forma mais evidente a partir do início da década de oitenta, um progressivo incremento da procura, quer de educação pré-escolar, quer de todos os níveis de escolaridade (CORDEIRO e MARTINS, 2013), sendo que, por outro lado e em simultâneo, o país ainda dispunha de uma cobertura muito incipiente do território nacional por edifícios integrantes da rede de ensino oficial, o que criou manifestas dificuldades aos jovens residentes em muitas áreas geográficas, na frequência dos ensinos básico e secundário. Nestas áreas carecidas de escolas públicas² o estado foi celebrando, ao longo das últimas décadas, contratos com os estabelecimentos de EPC que se integrassem na ajuda ao cumprimento dos objetivos do sistema educativo, assim como com os que, localizando-se noutros setores, para além dos planos oficiais de ensino, garantissem experiências pedagógicas diferenciadas ou propusessem a criação de cursos com planos próprios (DECRETO-LEI nº 553/80 de 21 de novembro).

¹ Instituições privadas, criadas por pessoas singulares ou coletivas, nas quais se ministre um ensino coletivo a mais de cinco alunos, ou em que se desenvolvam atividades regulares de carácter educativo (DECRETO-LEI nº 553/80 de 21 de novembro).

² Não existência de estabelecimentos de ensino oficial na localidade ou situação de rutura ou saturação dos existentes (PORTARIA nº 613/85 de 19 de agosto).

Considerando o importante papel que alguns estabelecimentos de EPC desempenhavam em áreas carecidas de escolas públicas, foi também assumido pela tutela política que, sempre que a criação de oferta de escolas de ensino público se efetivasse em áreas³ onde funcionassem estabelecimentos de EPC, os contratos seriam automaticamente renovados e isto sem demais exigências contratuais (DECRETO-LEI nº 108/88 de 31 de março).

Os contratos assinados entre o Estado e os estabelecimentos de EPC podiam assumir um carácter de associação simples ou de patrocínio, podiam ter âmbito plurianual e ser automaticamente renovados, salvo caso de incumprimento por qualquer das partes, e podiam abranger alguns ou todos os graus ou modalidades de ensino ministrados na escola (DECRETO-LEI nº 553/80 de 21 de novembro). Estes contratos foram assumidos pelo Estado através de contrapartidas financeiras significativas, que integravam o pagamento dos salários dos professores e funcionários, bem como despesas de funcionamento, apresentando valores que podiam manifestar uma amplitude considerável (de 80 000 a 150 000 € por turma/ano), tornando-os assim suficientemente apetecíveis, razão pela qual se encontravam estabelecimentos de EPC que podiam atingir mesmo as cinquenta turmas com contrato de associação.

Contudo, se numa primeira fase esta situação garantia escala e estabilidade no funcionamento aos estabelecimentos de EPC, na última década, até pelo investimento impressionante efetuado na construção de novos edifícios da rede pública, observa-se uma forte alteração dos pressupostos que estiveram na génese da assinatura dos contratos, a que acrescem as questões decorrentes dos problemas com as finanças e a dívida públicas, que obrigatoriamente implicavam uma retração dos investimentos relativos aos encargos tradicionais relacionados com o Estado Social. Neste mesmo período, a constatação de uma progressiva redução da população escolar foi suscitando inúmeras incertezas quanto à necessidade de manutenção de muitos dos estabelecimentos de EPC nos tempos atuais. Somam-se a estas modificações, em termos de procura, as grandes transformações ocorridas nas dinâmicas demográficas e socioeconómicas e nas acessibilidades que ocorreram no território nacional nas últimas quatro décadas (CORDEIRO, 2011; ENCONTRO DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO, 2011; CORDEIRO E MARTINS, 2013). Por um lado, agravaram os fenómenos de desertificação e envelhecimento do país rural e interior, iniciados com as emigrações das décadas de 60 e 70, por outro lado, intensificaram a concentração populacional na estreita faixa ocidental, potenciando as crescentes dicotomias entre o litoral e o interior, entre os territórios de alta e de baixa (ou mesmo muito baixa) densidade e entre os territórios de crescimento e de decréscimo demográfico (BARRETO, 2000; CORDEIRO, 2011; ENCONTRO DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO, 2011).

Foi neste quadro de profundas transformações no Portugal do início do século XXI que, por iniciativa dos responsáveis políticos pela organização do sistema educativo, se

³ Espaço delimitado por um círculo de raio igual a 4 km, a contar da localização da escola (DECRETO-LEI nº 108/88 de 31 de março).

desenvolveu um estudo que visava compreender as alterações entretanto verificadas nas condições existentes aquando da celebração dos contratos de associação e disponibilizar uma caracterização rigorosa das relações entre os estabelecimentos de ensino público e os estabelecimentos de Ensino Privado e Cooperativo com Contrato de Associação (EPCCA), trazendo contributos que permitissem repensar o ajustamento da rede de estabelecimentos de EPCCA à realidade mais recente (CORDEIRO *et al.*, 2011)⁴. Este trabalho veio na sequência do estudo “Projeção do Parque Escolar por NUT III a 2013”, que se encontrava a ser desenvolvido desde 2008, mas que englobava apenas a análise da reorganização da rede de estabelecimentos de ensino público (CORDEIRO *et al.*, 2008; 2011a; CORDEIRO, 2011; CORDEIRO *et al.*, 2013).

Para atingir o objetivo proposto foi efetuada uma análise circunstanciada que procurou equacionar, quer em separado, quer de uma maneira integrada⁵, as seguintes variáveis: condicionantes físicas (morfologia, declives e rede hidrográfica), requalificação e desenvolvimento da rede viária, evolução das dinâmicas demográficas e socioeconómicas, projeções da população escolar para os próximos anos letivos, população escolar atual, nascimentos registados, áreas de influência definidas (quando existentes), fluxos associados a cada equipamento, distância-tempo dos percursos dos alunos casa-escola, transformação da rede de estabelecimentos de ensino público e das respetivas ofertas educativas, proximidade de estabelecimentos de ensino público e rede de transportes públicos (quando existente nas áreas urbanas). Deve ainda ser referido que, por força do que já era expectável, foram também observadas as implicações, em termos da oferta e da procura, que o alargamento para 12 anos da escolaridade obrigatória deveria introduzir. Paralelamente, foi também efetuada a análise do número de turmas contratualizadas com o EPCCA, do número de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e do número de alunos com apoio da Ação Social Escolar (ASE), dados estes que foram introduzidos pelos diferentes estabelecimentos de EPCCA na plataforma do Gabinete Coordenador do Sistema de Informação do Ministério da Educação (MISI) e, posteriormente, validados pelas respetivas Direções Regionais de Educação (DRE).

Este projeto de investigação incidiu no 2º e no 3º CEB e no Ensino Secundário e caracterizou, no contexto dos respetivos municípios, sub-regiões (NUT III) e regiões (NUT II), os noventa e um estabelecimentos de EPCCA⁶ existentes no território nacional no ano letivo de 2010/2011. Procurou-se, com este trabalho, assumir uma lógica proativa de planeamento, construindo uma visão estratégica para a necessidade de

⁴ A análise desta problemática iniciou-se em 2010, com a realização de um projeto piloto dedicado apenas à reorganização da rede do ensino particular e cooperativo com contrato de associação da Região Centro, que, nesta fase, acabou por não apresentar propostas efetivas de redução do número de turmas contratualizadas.

⁵ A metodologia assumida na elaboração deste projeto foi muito semelhante à utilizada no projeto Projeção do Parque Escolar por NUT III a 2013 que se encontrava a ser desenvolvido desde 2008, embora a especificidade do EPC tenha levado a uma análise mais exaustiva e direcionada de determinados parâmetros.

⁶ Importa referir que, embora sejam 91 os estabelecimentos de EPC do 2º e 3º CEB e do Ensino Secundário com contrato de associação, no território nacional existem cerca de 286 estabelecimento de EPC do 2º e 3º CEB e do Ensino Secundário, pelo que a sua grande maioria não se encontra abrangida pela análise efetuada neste artigo.

prever os recursos necessários para o sistema educativo, muito diferente de lógicas anteriores de planeamento convencional reativo (CORDEIRO e MARTINS, 2013). Mais que o simples apresentar de um retrato dos estabelecimentos de EPCCA no contexto das necessidades locais, pretendeu-se fornecer elementos para compreender a aplicabilidade e adequabilidade da legislação ao planeamento desta rede e a sua relação com os estabelecimentos de ensino público.

Neste artigo, selecionando alguma da informação mais pertinente, recolhida no âmbito desse projeto, apresentamos uma caracterização geral da rede nacional do EPCCA, prestando especial atenção à “geografia das contratualizações”, e analisamos, de forma detalhada, os aspetos particulares da implantação que ela assumiu, no caso específico do município de Coimbra. A escolha deste estudo de caso prende-se com o perfil muito particular desta oferta neste território, que pode trazer alguns indicadores passíveis de uma reflexão alargada sobre a elaboração dos normativos legais e a sua aplicação, a partir de algumas idiosincrasias locais. Pretende-se, desta forma, trazer alguns contributos para uma maior compreensão da importância atribuída e assumida pela rede nacional do EPCCA, no quadro da garantia de qualidade de recursos educativos e da sua gestão eficiente, tal como se prevê na legislação aplicável.

2. Breve caracterização da rede nacional de Ensino Particular e Cooperativo com contrato de associação

A rede de estabelecimentos de EPCCA dos 2º e 3º CEB e do Ensino Secundário era, no ano letivo de 2010/2011, composta por 91 estabelecimentos de ensino, os quais se distribuíam de forma muito desigual pelo território nacional (Figura 1). Destacava-se, neste contexto, o elevado número de estabelecimentos de ensino observados na Região Centro, mais concretamente 46 equipamentos, valor que representava 50,5% do total nacional. Por seu turno, a sua representatividade na Região Norte era de 28,6% (26 equipamentos) e na Região de Lisboa e Vale do Tejo era de 17,6% (16 equipamentos), enquanto na Região do Alentejo era de apenas 3,3% (três equipamentos). Deve também ser salientado o facto da Região do Algarve não observar a presença de qualquer turma contratualizada, embora o EPC apresente um peso muito significativo nesta NUT II.

Ao nível da distribuição dos estabelecimentos de EPCCA pelos territórios municipais destacava-se o município de Coimbra que, com um total de nove equipamentos, correspondia a praticamente 10% do total nacional (9,9%)⁷. Deve, ainda, ser referido o caso do município de Leiria, com seis equipamentos, do município de Pombal, com quatro equipamentos, e dos municípios de Ourém (neste caso particular

⁷ Verificava-se apenas a existência de um outro estabelecimento de EPC, mas sem contrato de associação e com um número de alunos pouco relevante (35 alunos no ano letivo 2008/2009), o Colégio Bissaya Barreto, na freguesia de São Martinho do Bispo, onde era lecionado apenas o 2º CEB. De referir também a existência de um outro estabelecimento de EPCCA que, embora localizado no município vizinho de Cantanhede, era frequentado por um número muito significativo de alunos residentes no setor norte do território municipal de Coimbra (99 alunos).

Fátima, freguesia vizinha de Leiria), Viseu e Vila Nova de Famalicão, todos com três equipamentos. Neste contexto, parece ser relevante o facto das duas principais cidades portuguesas apresentarem, na altura, apenas um equipamento, assumindo-se qualquer um deles como casos muito peculiares, associados a questões sociais: em Lisboa o Colégio São João de Brito e no Porto o Colégio dos Órfãos.

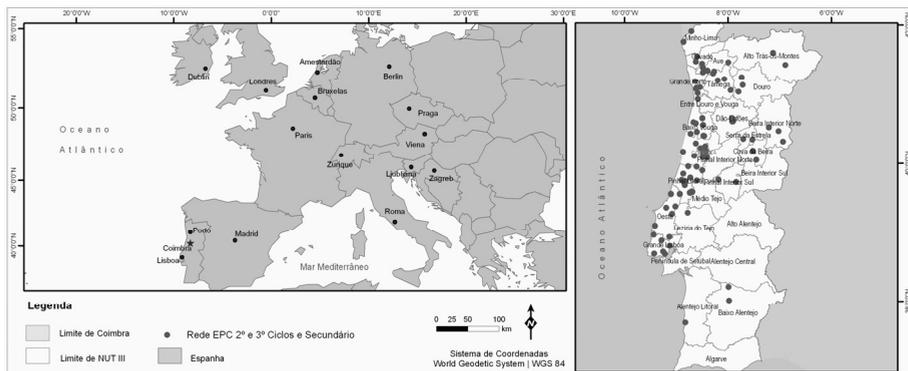


Figura 1 - Distribuição dos estabelecimentos de EPCCA dos 2º e 3º CEB e do Ensino Secundário no território nacional.

Fonte - IGP e MISI⁸.

Quanto à frequência dos estabelecimentos de EPCCA destacava-se o município de Vila Nova de Famalicão, que, com um total de 4503 alunos a frequentar três equipamentos, registava um valor superior ao do município de Coimbra (4099 alunos), embora fosse este o território municipal que apresentava o maior número de estabelecimentos de EPCCA (9 equipamentos). Com valores bastante próximos observavam-se os municípios vizinhos de Ourém e de Leiria, com 2816 e 2761 alunos, respetivamente, o que, ao se constatar que respondiam em termos de oferta a estudantes residentes predominantemente no segundo município, mostra que este era o setor do território nacional que se apresentava como aquele cujo EPCCA era frequentado por um maior número de jovens (5577 alunos). No que respeita à população escolar evidenciavam-se, ainda, na Região de Lisboa e Vale do Tejo os municípios de Mafra (2011 alunos), Torres Vedras (1721 alunos) e Cascais (1127 alunos).

3. A rede de Ensino Particular e Cooperativo com contrato de associação no município de Coimbra: um estudo de caso

Com um quadro morfológico muito caraterístico e localizado numa posição privilegiada no litoral centro de Portugal (Cf. Figura 1), o município de Coimbra é um

⁸ A informação cedida pelo MISI corresponde a bases de dados internas com a localização georreferenciada dos equipamentos educativos.

dos dez municípios da sub-região do Baixo Mondego e o núcleo urbano mais populoso de toda a região Centro. Apresenta um setor montanhoso que ocupa grande parte do seu território oriental (com valores que podem mesmo ultrapassar os 500 metros de altitude) e encontra-se marcado pela presença do rio Mondego (e de alguns dos seus afluentes), o qual separa o território municipal em dois amplos setores, e cujo vasto plaino aluvial funcionou ao longo das décadas como forte bloqueio à mobilidade entre margens, Coimbra oferece bases biofísicas bastante peculiares no contexto das dinâmicas associadas ao seu sistema educativo (Figura 2).

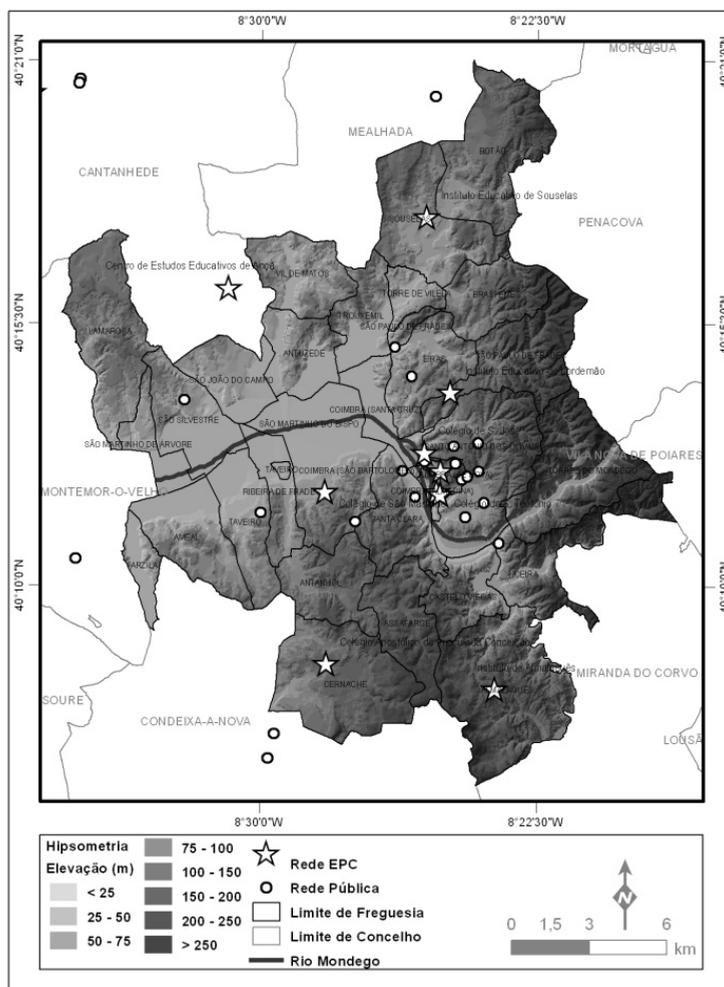


Figura 2 - Esboço hipsométrico com a localização da rede escolar total dos 2º e 3º CEB e do Ensino Secundário.

Fonte - IGP e MISI.

Em termos demográficos, Coimbra apresentava, no ano de 2011, um total de 143396 habitantes (Figura 3A), tendo-se observado, no último período intercensitário (2001-2011), um decréscimo populacional de 5047 habitantes (-3,40%), algo que, no contexto dos territórios urbanos do designado policentrismo do litoral centro de Portugal, se constituiu como um caso de exceção (Figura 3B). Com uma densidade populacional de 448,94 hab./km² no mesmo ano, apresentava internamente setores muito diferenciados. O seu centro urbano registava uma população de 63 000 residentes (valor que com a população dos setores periurbanos atingia os quase 90 000 residentes), embora se constatasse no casco histórico uma desertificação e um envelhecimento muito pronunciados, ao contrário do observado no restante espaço urbano, que apresentava forte crescimento populacional (aliás, muito semelhante ao verificado nos territórios periurbanos). Por seu turno, os setores rurais do território municipal expressavam valores reduzidos de população e uma tendência para uma notória perda nas últimas décadas.

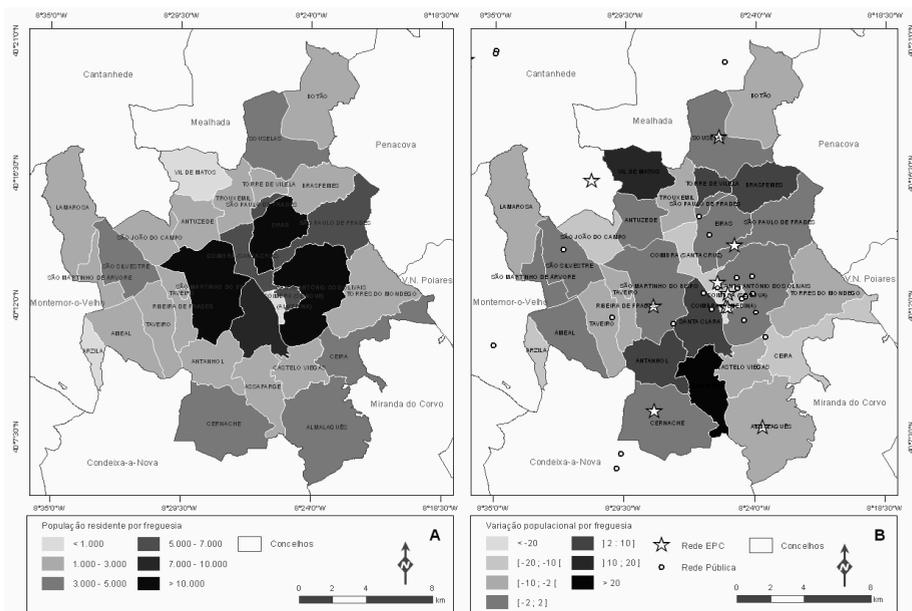


Figura 3 - População residente no município de Coimbra, por freguesia, em 2011 (A). Variação populacional no município de Coimbra, por freguesia, entre 2001 e 2011 (B).
Fonte - IGP, MISI e INE.

Em termos da rede viária e, consequentemente, das questões da mobilidade interna (e mesmo intermunicipal), a construção de locais de atravessamento (hoje encontram-se em funcionamento quatro pontes só no setor urbano), mesmo tendo-se em consideração o fato do plano aluvial do rio Mondego se apresentar, desde há muito, como um importante fator de bloqueio, tornou a mobilidade municipal entre margens muito funcional.

3.1. A rede de Ensino Particular e Cooperativo com contrato de associação no município de Coimbra no ano letivo de 2010/2011

A rede escolar dos 2º e 3º CEB e do Ensino Secundário no município de Coimbra no ano letivo de 2010/2011 era constituída por 26 estabelecimentos de ensino, frequentados globalmente por 14003 jovens. Como referido anteriormente, deste total, nove equipamentos apresentavam contrato de associação, valor que, correspondendo a cerca de 10% do total nacional, representava naquele ano letivo uma população escolar de 4099 alunos e um total de 155 turmas contratualizadas.

Atendendo a esta realidade, parecia ser inquestionável que Coimbra se apresentava, pela sua complexidade e diversidade de situações, como o território onde melhor se poderia observar a aplicabilidade de uma metodologia de um projeto de planeamento estratégico.

Os estabelecimentos de EPCCA distribuem-se no município de Coimbra por três setores distintos (Quadro 1): o urbano, onde funcionam os colégios Rainha Santa Isabel, São Teotónio e São José e a Cooperativa de Ensino de Coimbra; o periurbano, com o Colégio São Martinho e o Instituto Educativo de Lordemão; e o rural, onde se encontram o Instituto Educativo de Souselas (a norte), e o Instituto de Almalaguês e o Colégio Apostólico da Imaculada Conceição (a sul), apresentando cada um deles realidades muito próprias.

Quadro 1 - Estabelecimentos de EPCCA dos 2º e 3º CEB e do Ensino Secundário no município de Coimbra por setor.

Setores	Freguesias	Estabelecimentos de ensino
Urbano	Almedina	Colégio Rainha Santa Isabel
		Colégio São Teotónio
	Santo António dos Olivais	Colégio São José
	Sé Nova	Cooperativa de Ensino de Coimbra
Periurbano	São Martinho do Bispo	Colégio de São Martinho
	São Paulo de Frades	Instituto Educativo de Lordemão
Rural	Almalaguês	Instituto de Almalaguês
	Cernache	Colégio Apostólico da Imaculada Conceição
	Souselas	Instituto Educativo de Souselas

Ao nível da análise dos diferentes estabelecimentos de EPCCA, deve ser de imediato equacionado que enquanto os localizados nos setores rurais e periurbanos obrigam, muito por força das suas especificidades, a análises independentes, nos do setor urbano esta análise só faz sentido quando realizada globalmente, já que se trata de uma realidade em tudo idêntica, apresentando por esta razão, como facilmente se compreende, uma grande dificuldade na definição dos limites de áreas de influência, quer entre estabelecimentos de EPCCA, quer entre estes e os de ensino público do Estado.

Começando a análise pela observação da oferta pública dos 2º e 3º CEB e do Ensino Secundário no município de Coimbra, esta apresentava, de acordo com os dados fornecidos em dezembro de 2010 pela Direção Regional de Educação do Centro (DREC)⁹, uma capacidade total para integrar 618 turmas, embora no ano letivo 2010/2011 o número de turmas em funcionamento fosse de apenas 480 turmas, valor que correspondia a menos 138 turmas relativamente à sua capacidade máxima (Quadro 2).

Quadro 2 - Taxas de ocupação do ensino público no ano letivo 2010/2011 no município de Coimbra¹⁰.

Setor	Unidade de Gestão (Agrupamento de Escolas/Escola)	Tipologia da Escola Sede (Número de Turmas)	Número de Turmas (2010/2011)	Taxa de Ocupação (%)
Urbano	Agrupamento de Escolas Dra Maria Alice Gouveia	30	31	103,3
	Agrupamento de Escolas Eugénio de Castro	36	36	100,0
	Agrupamento de Escolas Martim de Freitas	54	43	79,6
	Agrupamento de Escolas Silva Gaio	30	20	66,7
	Escola Secundária Infanta Dona Maria	41	34	82,9
	Escola Secundária José Falcão	48	39	81,3
	Escola Secundária Quinta das Flores	60	44	73,3
	Escola Secundária Avelar Brotero	78	68	87,2
	Escola Secundária Dom Duarte	50	29	58,0
	Escola Secundária Jaime Cortesão	23	24	104,3
Periurbano	Agrupamento de Escolas da Pedrulha	30	27	90,0
	Agrupamento de Escolas Inês de Castro	24	20	83,3
	Escola Secundária Dom Dinis	42	28	66,7
Rural	Agrupamento de Escolas de Ceira	24	8	33,3
	Agrupamento de Escolas de São Silvestre	24	15	62,5
	Agrupamento de Escolas de Taveiro	24	14	58,3

Fonte - DREC.

Considerando um número médio de 24 alunos por turma, aquele valor representava uma capacidade para integrar mais 3312 alunos, valor que de imediato colocava em causa a necessidade do número de turmas contratualizadas com o EPC (a questão da assinatura dos contratos de associação no município de Coimbra foi desde o início de difícil compreensão pelos diferentes intervenientes do sistema educativo), embora este *superavit* se refletisse de modo desigual nos diferentes setores do território municipal.

Quando analisado o contexto global do município e considerando os 4099 alunos que frequentavam os 2º e 3º CEB e o Ensino Secundário do EPCCA no ano letivo 2010/2011 e as 3312 vagas disponíveis nos estabelecimentos de ensino público nesse

⁹ A informação cedida pela DREC é proveniente de documentos de trabalho internos.

¹⁰ Estes valores não refletem ainda as ampliações entretanto observadas em função das obras da Parque Escolar.

mesmo ano letivo, rapidamente se reconheceu a necessidade de contratualização de apenas 33 turmas (787 alunos).

Embora a realidade descrita reflita (de forma algo abusiva) a análise global do município, o âmago da questão encontrava-se associado ao centro urbano, uma vez que neste setor os estabelecimentos de ensino público apresentam a capacidade de integrarem um número muito significativo de turmas e a oferta em termos de transportes públicos é bastante satisfatória.

Com uma análise mais pormenorizada a este setor do território municipal, constatou-se que os estabelecimentos de ensino público apresentavam, no seu todo, a possibilidade de integração de mais 82 turmas, o que, e em termos médios, corresponderia a um total de 1968 lugares. Deste modo, e considerando que no ano letivo em análise (2010/2011) os estabelecimentos de EPCCA do centro urbano - Colégio Rainha Santa Isabel, Colégio São Teotónio, Colégio São José e Cooperativa de Ensino de Coimbra - eram frequentados por apenas 1193 alunos, facilmente se compreende que, caso todos os alunos que frequentavam os estabelecimentos de EPCCA optassem por frequentar os estabelecimentos de ensino público, estes apresentariam capacidade para dar resposta, observando-se, ainda assim, um excedente de 775 vagas.

O excesso de capacidade instalada torna-se ainda mais evidente quando se observa que em média todos os dias se deslocam cerca de 900 alunos provenientes de territórios municipais vizinhos só para os 2º e 3º CEB (no ano letivo 2008/2009 registou-se a entrada de 932 alunos)¹¹, fluxo pendular associado aos movimentos laborais dos pais e encarregados de educação. Destes, aproximadamente dois terços (534 alunos no mesmo ano letivo) deslocavam-se com o objetivo de frequentar os estabelecimentos de EPCCA, tanto nos equipamentos da periferia rural (Figura 4A), como nos do centro urbano (Figura 4B), alunos que numa lógica de redução das turmas contratualizadas poderiam vir a matricular-se nos estabelecimentos de ensino público.

Com esta análise parece ser inquestionável que as necessidades de contratualização com os estabelecimentos de EPC, que se encontram plasmadas no Decreto-Lei nº 553/80 de 21 de novembro, não se verificavam no caso dos equipamentos do centro urbano do município de Coimbra. Aliás, se dúvidas existissem sobre a justiça da proposta de resolução desses contratos, com a introdução da análise dos fatores considerados como acessórios no início do estudo, a posição assumida saiu claramente reforçada. À exceção da Cooperativa de Ensino de Coimbra, que apresentava 51% dos alunos a beneficiar de ASE, todos os estabelecimentos de EPCCA do centro urbano registavam valores de alunos abrangidos pelos escalões A e B de ASE inferiores a 10%, números que mostravam que a esmagadora maioria dos alunos são provenientes de estratos sociais elevados.

¹¹ A utilização de dados referentes ao ano letivo 2008/2009 deveu-se à impossibilidade de recolher esta informação para o ano letivo 2010/2011, optando-se, com o objetivo de suprimir esta lacuna, pelo recurso aos dados do projeto Projeção do Parque Escolar por NUT III a 2013.

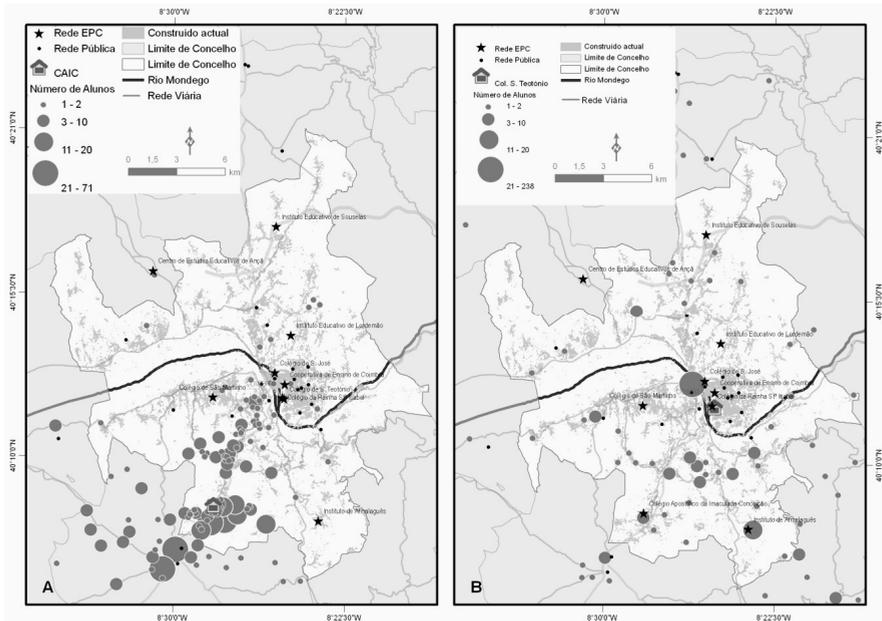


Figura 4 - Fluxos dos 2º e 3º CEB do Colégio Apostólico da Imaculada Conceição - setor rural (A) e do Colégio São Teotónio - setor urbano (B).

Fonte - IGP e MISI.

Esta constatação foi facilmente confirmada quando se transpôs para um cartograma os locais de residência dos alunos dos 2º e 3º CEB do Colégio Rainha Santa Isabel, que permitiu constatar a relação existente com os principais bairros e áreas residenciais associadas às classes sociais média-alta e alta, observando-se mesmo que entre os locais de residência e o estabelecimento de EPCCA funcionavam estabelecimentos de ensino público de reconhecida qualidade (Figura 5).

Se dúvidas subsistissem sobre o posicionamento destes principais bairros e áreas residenciais associadas às classes sociais média-alta e alta, relativamente aos estabelecimentos de ensino público, em detrimento dos estabelecimentos de EPCCA, rapidamente se ultrapassaram quando se efetuou o cálculo da distância-tempo entre os locais de residência e os diferentes equipamentos (Quadro 3).

Esta questão saiu ainda reforçada pela análise da condição socioeconómica dos agregados familiares, já que a informação colocada pelo estabelecimento de EPCCA na plataforma informática do ME indicava que apenas 5 alunos eram abrangidos pelos escalões A e B da ASE, isto num universo de 422 alunos contratualizados (1,18%).

Esta realidade inverte-se quando se analisam os estabelecimentos de EPCCA localizados nos setores periurbanos e rurais, onde o número de alunos a beneficiar de ASE nunca é inferior aos 20%, chegando mesmo a atingir os 49%, como é o caso do Instituto Educativo de Souselas, fato que mostra, de forma inequívoca, que no caso do setor rural os

contratos de associação se deveriam manter (caso a Tutela o entenda), já que oferecem um serviço educativo em áreas carenciadas de escolas da rede pública e a alunos que pouco têm a ver com as condições socioeconómicas constatadas no centro urbano.

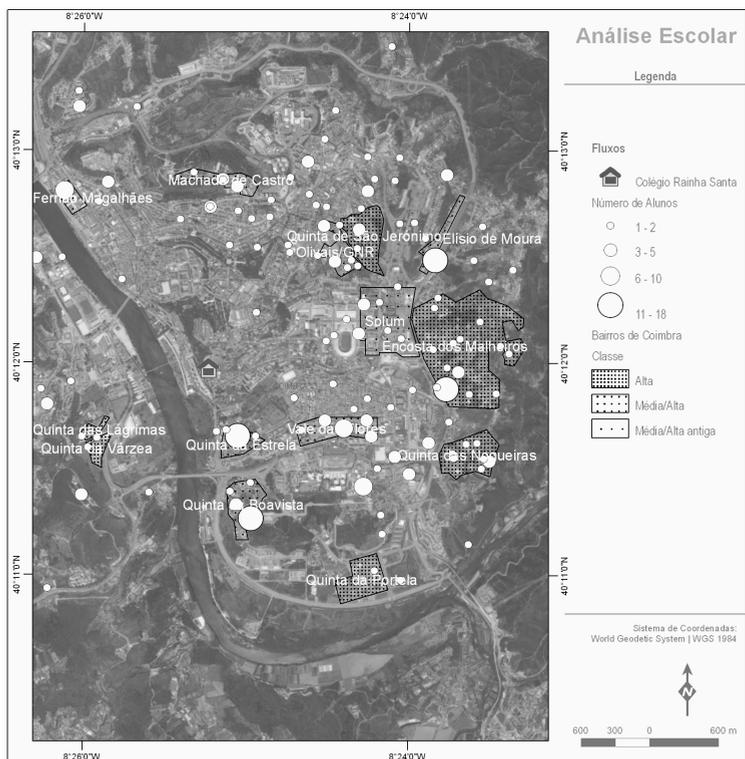


Figura 5 - Locais de residência dos alunos dos 2º e 3º CEB do Colégio Rainha Santa Isabel e a localização dos principais bairros das classes sociais média-alta e alta (recentes e antigas) na cidade de Coimbra.

Fonte - IGP e MISI.

Quadro 3 - Distâncias-tempo entre duas áreas da cidade, as escolas públicas mais próximas e o Colégio Rainha Santa Isabel.

Origem	Destino	Distância máxima (m)	Tempo (minutos)	
			A pé (4km/h)	Carro (15km/h)
Rua Machado de Castro	EB2,3 Martim de Freitas	1100	16,5	4,4
	ES José Falcão	1350	20,25	5,4
	Colégio Rainha Santa Isabel	5500	82,5	22
Rua Elisio de Moura	EB2,3 Eugénio de Castro	900	13,5	3,6
	ES Avelar Brotero/ES Infanta Dona Maria	1500	22,5	6
	Colégio Rainha Santa Isabel	3100	46,5	12,4

3.2. Análise prospetiva da população escolar

À análise sobre a já preocupante relação entre a oferta e a procura educativa no momento presente no município de Coimbra, em particular no setor urbano, acresce ainda o expetável decréscimo da população escolar para a próxima década, que deverá atingir valores de algumas centenas de alunos em todos os níveis de ensino.

Como referido anteriormente, embora apresentando ao nível dos diferentes setores do território municipal tendências muito díspares, em termos globais o município de Coimbra observou no último período intercensitário (2001-2011) uma diminuição populacional (cf. Figura 3B).

Mantendo-se as mesmas premissas de base (desenvolvimento urbanístico, crescimento económico, empregabilidade jovem, acessibilidades, entre outras), as tendências apontam para a continuação deste decréscimo na segunda década do século XXI, prevendo-se em 2031 (128418 habitantes previstos) menos 14978 habitantes que em 2011, valor que corresponde a uma diminuição de 10,45%.

Se em termos gerais o cenário é preocupante, a análise da evolução dos valores da natalidade no município de Coimbra entre 1991 e 2009 revela igualmente um significativo decréscimo (Figura 6). Uma vez mais com características muito distintas nos diferentes setores do território municipal, globalmente, ao longo deste período, observou-se uma diminuição de 462 nascimentos, passando de 1610 nascimentos em 1991 para 1148 nascimentos no ano de 2009.

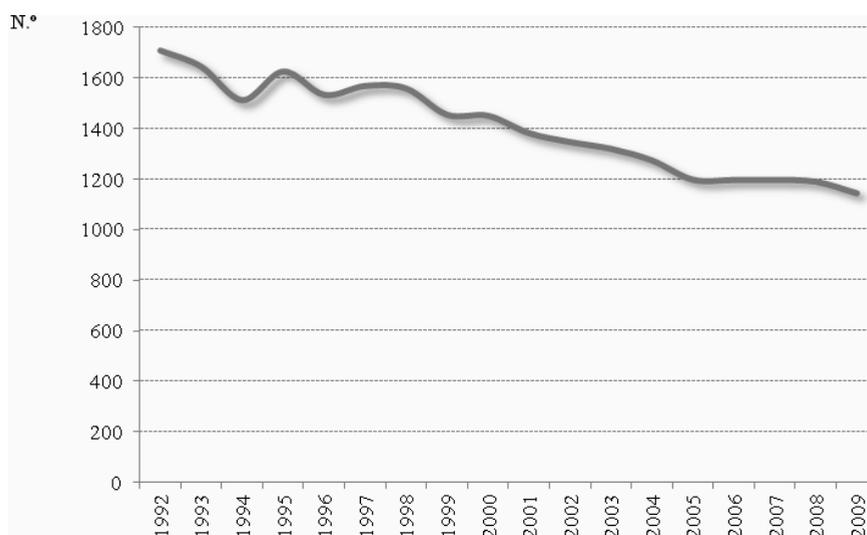


Figura 6 - Evolução dos nascimentos no município de Coimbra entre 1992 e 2009.

Fonte - INE.

Para os próximos anos as tendências indiciam a intensificação do decréscimo dos valores da natalidade, prevendo-se que venha a ganhar contornos muito preocupantes para um território do litoral de Portugal (Figuras 7A e B).

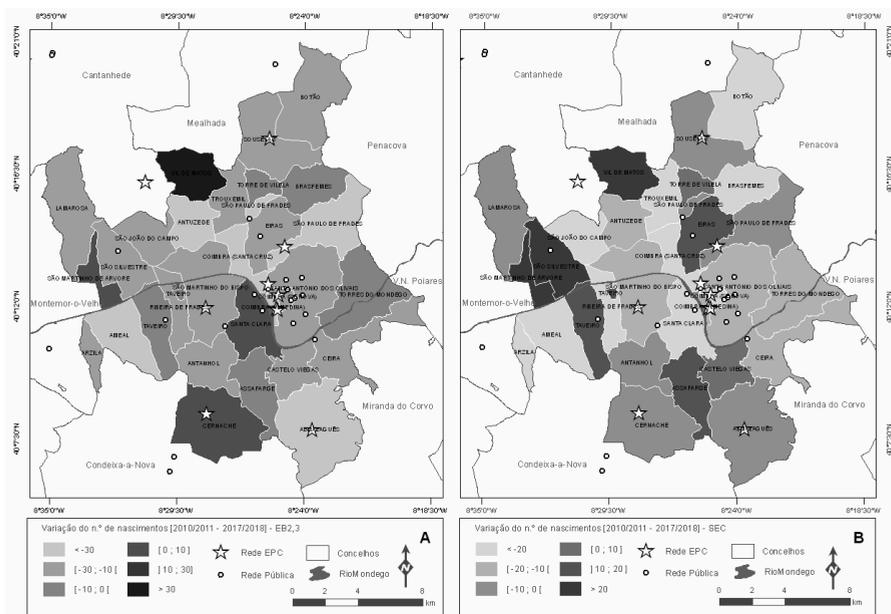


Figura 7 - Variação do número de nascimentos, por freguesia, entre os anos letivos 2010/2011 e 2017/2018 nos 2º e 3º CEB (A). Variação do número de nascimentos, por freguesia, entre os anos letivos 2010/2011 e 2017/2018 no Ensino Secundário (B).

Fonte - IGP, MISI e INE.

Tendo em linha de conta apenas os nascimentos registados, perspetiva-se uma diminuição de 613 alunos nos 2º e 3º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2013/2014, passando dos 7588 para os 6975 alunos (valor que corresponde à necessidade de menos 26 turmas), tendência que se deverá manter até ao ano letivo 2017/2018, para o qual se encontram previstos 6212 alunos, o que representa um decréscimo de 1376 alunos (valor que corresponde à necessidade de menos 57 turmas).

No que se refere à população escolar potencial, a frequentar o Ensino Secundário, para o ano letivo 2013/2014 encontram-se previstos 4595 alunos, o que representa uma diminuição de 201 alunos relativamente ao ano letivo 2010/2011 (8 turmas). À semelhança dos 2º e 3º CEB, esta tendência permanecerá pelo menos até ao ano letivo 2017/2018, para o qual se perspetivam 4192 alunos, valor correspondente a um decréscimo de 604 alunos (25 turmas).

Numa análise conjunta da população escolar nos 2º e 3º CEB e no Ensino Secundário, entre os anos letivos 2010/2011 e 2013/2014 previa-se uma diminuição de

814 alunos, passando de 12384 a 11570 alunos (34 turmas), decréscimo que se perspetiva que possa agravar-se, prevendo-se no ano letivo 2017/2018 um total de 10404 alunos, o que se traduz numa diminuição de 1980 alunos (83 turmas).

4. Conclusões e implicações para um novo entendimento do Ensino Particular e Cooperativo com contrato de associação

Os estabelecimentos de EPCCA têm vindo a funcionar, em particular desde os anos 80, como parte integrante da rede educativa portuguesa. Parece ser inquestionável que em determinados setores do território nacional eles solucionaram muitos dos problemas relacionados com a deficiente oferta educativa da rede de estabelecimentos de ensino público que resultou da democratização do ensino no período posterior à revolução de Abril, em particular com a obrigatoriedade do ensino até ao 3º CEB. Noutros setores, porém, a razão de ser da contratualização de turmas passou por fatores dificilmente identificáveis com a referida carência de escolas da rede pública.

As transformações observadas nas últimas três décadas na sociedade portuguesa, em particular o forte decréscimo e crescente envelhecimento da população residente em vastos setores do território nacional, bem como a maior mobilidade associada à evolução da rede viária, quer intramunicipal, quer intermunicipal, introduziram um novo quadro de relações entre a rede de estabelecimentos de ensino público e a rede de estabelecimentos de EPCCA em muitos destes setores.

Com base numa análise que privilegiou um vasto conjunto de fatores, pretendeu-se, através de uma metodologia inovadora num quadro de um planeamento estratégico que, simultaneamente, respeitasse o enquadramento legal e otimizasse a eficiência dos recursos a disponibilizar, oferecer um retrato claro das relações existentes entre os estabelecimentos de ensino público e os estabelecimentos de EPCCA, mas fundamentalmente pensar o porquê da necessidade de rever os contratos de associação estabelecidos com os noventa e um estabelecimentos de EPC, sobre os quais o estudo se debruçava, e alvitar novas propostas de gestão contratual (CORDEIRO *et al.*, 2011). O caso de estudo do município de Coimbra é particularmente eloquente na evidência dessa necessidade.

Variáveis como as condicionantes físicas e variáveis socioeconómicas que caracterizam cada território, o perfil social da população escolar, a evolução da demografia escolar prevista para a próxima década (forte redução, em particular nos setores rurais e do interior), a taxa de ocupação da rede de estabelecimentos de ensino público, a ampliação do parque escolar público, a intensificação das dicotomias existentes no território nacional e a expansão e qualificação da rede viária nacional podem ser determinantes em todo este processo de formulação de uma proposta de alteração dos contratos de associação com os estabelecimentos de EPC.

A aplicação desta metodologia permitiu identificar no espaço nacional territórios onde o decréscimo da população escolar deverá levar ao rápido reequacionamento dos contratos de associação, apontando, no mínimo, para uma significativa diminuição do

número de turmas contratualizadas. Noutros casos, por força do crescimento previsto, deverá vir a observar-se a rutura da oferta educativa nos próximos anos, com a consequente manutenção dos contratos de associação ou mesmo, num futuro próximo, o aumento do número de turmas contratualizadas, de que poderão ser bons exemplos os territórios da NUT III Oeste (CORDEIRO *et al.*, 2011).

No caso particular do município de Coimbra verificou-se uma necessidade de manutenção dos contratos de associação, praticamente inalterados, nos estabelecimentos de EPC dos setores rurais - Instituto Educativo de Almalaguês, Colégio Apostólio da Imaculada Conceição e Instituto Educativo de Souselas - de redução parcial nos estabelecimentos de EPC dos setores periurbanos - Colégio São Martinho e Instituto Educativo de Lordemão - e de revisão, ao longo de três anos letivos, nos estabelecimentos de EPC do setor urbano - colégios Rainha Santa Isabel, São Teotónio e São José. Neste último setor a Cooperativa de Ensino de Coimbra constitui uma exceção, podendo optar-se, muito por força do elevado número de alunos nos escalões A e B da ASE e da área de residência de muitos dos seus alunos ser predominantemente rural, sem transportes coletivos urbanos entre as áreas de residência e os estabelecimentos de ensino público, por uma proposta de manutenção do contrato de associação até que as obras de requalificação equacionadas pela “Parque Escolar” para a Escola Secundária José Falcão fossem concretizadas.

A proposta apresentada para o município de Coimbra poderia passar, assim, pela redução de 45 turmas contratualizadas, passando de 122 para 77 turmas, embora possa ser referido que uma monitorização posterior mostrará, com toda a certeza, a necessidade de uma nova diminuição do número de turmas contratualizadas a curto prazo, por via da significativa diminuição dos nascimentos observados no município.

Ainda que assente apenas no estudo de caso do município de Coimbra, assumindo a natureza técnica destas ilações, facilmente se compreende o porquê da necessidade de um estudo que efetuasse uma análise dos estabelecimentos de EPCCA e do seu impacto na rede de estabelecimentos de ensino público, pois só assim se tornaria possível demonstrar, através de um conjunto de fatores muito diversificados, que as premissas que estiveram na origem da assinatura dos contratos de associação sofreram profundas alterações nas últimas três décadas.

Foram também recolhidas evidências suficientes que nos permitem defender que um estudo com estas características não poderá obedecer, em circunstância alguma, às mesmas linhas estratégicas na totalidade do território nacional (mostrando algumas limitações, mesmo dentro de um município), uma vez que não se podem ignorar as diferentes dinâmicas e características observadas em cada território e, acima de tudo, em cada equipamento educativo.

Com base na observação do município de Coimbra, refletiu-se, neste artigo, a metodologia que serviu de base à reorganização da rede de estabelecimentos de EPCCA, um projeto que se apresenta como um estudo prospetivo, eminentemente técnico, onde

o fator decisivo para cada uma das opções apresentadas teve como ponto de partida o articulado que se encontrava plasmado na legislação em vigor.

5. REFERÊNCIAS

- BARRETO, António (org.) - *A situação social em Portugal 1960-1999*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2000. 644 p. ISBN 9789726710646.
- CORDEIRO, A. M. R. (coord.) - *Projeção do Parque Escolar por NUT III a 2013 - Baixo Mondego*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008. (Relatório)
- CORDEIRO, António Manuel Rochette - "Reorganização da Rede Escolar". *Boletim dos Professores*. Lisboa: Ministério da Educação. Nº 20 (2011) p. 2-3.
- CORDEIRO, A. M. R. (coord.) - *Reorganização da Rede do Ensino Particular e Cooperativo com Contrato de Associação*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011. (Relatório)
- CORDEIRO, A. M. R. (coord.) - *Projeção do Parque Escolar por NUT III a 2013 - Pinhal Litoral*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011a. (Relatório)
- CORDEIRO, António Manuel Rochette; MARTINS, Helena Arcanjo - "A Carta Educativa Municipal como instrumento estratégico de reorganização da rede educativa: tendências de mudança". *Cadernos de Geografia*. Coimbra: Departamento de Geografia. ISSN 0871-1623. Nº 32 (2013) p. 339-356.
- CORDEIRO, António Manuel Rochette; SANTOS, Lúcia Isabel Ribeiro; CARIDADE, Paulo Jorge dos Santos Branco - "A reorganização do Parque Escolar Nacional e a importância das componentes geográficas na metodologia adotada". *Cadernos de Geografia*. Coimbra: Departamento de Geografia. ISSN 0871-1623. Nº 32 (2013) p. 323-338.
- DECRETO-LEI nº 553/80. D.R. I Série. 270 (80-11-21) 3945-3956.
- DECRETO-LEI nº 108/88. D.R. I Série. 76 (88-03-31) 1324-1325.
- ENCONTRO DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO - *Cartas Educativas: um olhar sobre soluções de reordenamento da rede escolar e mudanças no(s) território(s): atas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.
- ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar - "Ensino Particular e Cooperativo. A face oculta do ensino estatal". *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: Instituto de Educação - Universidade do Minho. ISSN 0871-9187. Nº 2 (1991) p. 85-107.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS, disponível em http://www.igeo.pt/e-IGEO/egeo_downloads.htm.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003665&contexto=bd&selTab=tab2.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - *Censos 91: resultados definitivos* - Região do Centro. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1993. 280 p. ISBN 972-673-115-1.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - *Censos 2001: resultados definitivos* - Centro. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2002. 395 p. ISBN 972-673-604-8.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - *Censos 2011 Resultados Definitivos* - Região Centro. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2012. 385 p. ISBN 978-989-25-0184-0.
- PORTARIA nº 613/85 "D.R. I Série", 189 (85-08-19) 2658-2659.